



PORTARIA Nº 01, DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a repartição de atribuições entre os Promotores Eleitorais atuantes em municípios com mais de uma zona eleitoral, no pleito eleitoral de 2016 no Estado da Bahia, e dá outras providências.

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DA BAHIA, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Procurador Regional Eleitoral coordenar e dirigir, no Estado, as atividades do Ministério Público Eleitoral (art. 77 da LC n. 75/93), bem como expedir instruções aos órgãos do Ministério Público Eleitoral que oficiem perante os Juízes Eleitorais (art. 24, VIII, do Código Eleitoral);

CONSIDERANDO as Resoluções nº 15/2015 e nº 16/2015, expedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que definiram a distribuição de competência entre os Juízes Eleitorais para processar e julgar as demandas judiciais relacionadas às eleições de 2016, nos municípios contemplados com mais de uma zona eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor divisão das atribuições extrajudiciais entre os Promotores Eleitorais atuantes nestes municípios, com vistas a uma atuação mais uniforme e equânime, notadamente nas matérias de maior demanda, tais como propaganda eleitoral, registro de candidatura e exercício do poder de polícia;

CONSIDERANDO a atribuição do Núcleo de Apoio às Promotorias de Justiça Eleitorais do Ministério Público do Estado (NUEL) para subsidiar na execução das atividades atinentes ao processo eleitoral e seus desdobramentos (Ato MPE/BA nº 482/2011);

CONSIDERANDO o Ofício Conjunto Eleitoral nº 01/2016, contendo a manifestação dos Promotores Eleitorais atuantes em Feira de Santana sobre a sugestão de divisão de atribuições do Ministério Público Eleitoral nas Zonas Eleitorais correspondentes,



RESOLVE:

Art. 1º Os Promotores Eleitorais atuantes nas 154ª, 155ª, 156ª e 157ª Zonas Eleitorais exercerão suas atribuições, judiciais e extrajudiciais, conforme as competências judiciais definidas na Resolução TRE/BA nº 15/2015 para as correspondentes Zonas.

Parágrafo único. Faculta-se aos Promotores Eleitorais indicados no *caput* deliberarem, por ato formal próprio, sobre a atuação conjunta em determinada(s) matéria(s) no âmbito das eleições de 2016.

Art. 2º Os Promotores Eleitorais atuantes nas Zonas Eleitorais dos municípios identificados na Resolução TRE/BA nº 16/2015 exercerão suas atribuições extrajudiciais na forma do Anexo I desta Portaria.

§ 1º Em caso de atuação de mais de um Promotor Eleitoral na matéria, as representações, as notícias de fatos e os procedimentos preparatórios eleitorais serão distribuídos de forma sequencial e alternada entres os Promotores atuantes.

§ 2º A distribuição será efetuada pelo NUEL, entre os Promotores Eleitorais da capital e, nas cidades do interior, pela Promotoria vinculada à Zona Eleitoral mais antiga.

§ 3º A distribuição vincula o Promotor Eleitoral até a conclusão da apuração objeto da representação, notícia de fato ou do procedimento preparatório eleitoral.

§ 4º O exercício das atribuições definidas no Anexo I ocorrerá sem prejuízo das funções ordinárias dos Promotores junto às Zonas Eleitorais de atuação originária.

Art. 3º Na hipótese do artigo anterior, a atribuição para officiar em Juízo competirá ao Promotor Eleitoral com atuação na correspondente Zona Eleitoral à qual for distribuído o processo judicial.



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

Parágrafo único. Faculta-se aos Promotores Eleitorais atuantes no interior do Estado, indicados no art. 2º, deliberarem, por ato formal próprio, sobre outra forma de divisão da atuação judicial ou extrajudicial no âmbito das eleições de 2016, devendo serem comunicados o Procurador Regional Eleitoral e a Zona Eleitoral sobre a solução adotada. **(Incluído pela Portaria PRE/BA nº 02/2016).**

Art. 4º As regras de distribuição extrajudicial definidas no art. 2º desta Portaria valerão até o 15º (décimo quinto) dia após a diplomação dos eleitos.

Parágrafo único. A atribuição extrajudicial relativa à propaganda remanescente (art. 3º, III, da Resolução TRE/BA nº 16/2015) perdurará até o final do exercício de 2017, aplicando-se a regra do art. 3º.

Art. 5º Fica instituído o regime de plantão de todos os Membros do Ministério Público Eleitoral na Bahia no período de 15 de agosto a 16 de dezembro de 2016, inclusive nos finais de semana e feriados (art. 5º da Resolução TSE nº 23.462/2015).

Parágrafo único. Nas Promotorias Eleitorais indicadas nos artigos 1º e 2º desta Portaria, com exceção ao período compreendido entre os 15 (quinze) dias anteriores até o dia das eleições, inclusive em caso de 2º turno, poderá ser feito rodízio entre Promotores Eleitorais oficiantes nas Zonas Eleitorais do respectivo município, elaborando-se, neste caso, escala de plantão, a ser informada aos respectivos Juízos Eleitorais, bem como à Procuradoria Regional Eleitoral.

Art. 6º Decorridos 30 (trinta) dias após o pleito, se os candidatos, partidos políticos e coligações não removerem a propaganda eleitoral produzida, com a restauração do bem em que afixada, se for o caso, deverá o Promotor Eleitoral adotar providências extrajudiciais ou judiciais a fim de que tal providência seja ultimada.

Art. 7º O exercício da função eleitoral, em especial em ano de eleições, tem



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

precedência sobre as demais atribuições dos Promotores Eleitorais (art. 365 do Código Eleitoral e art. 94, § 1º, da Lei nº 9.504/97).

Parágrafo único. Os feitos eleitorais, no período compreendido entre o registro de candidatura até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, terão prioridade perante o Ministério Público Eleitoral, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (art. 94 da Lei nº 9.504/97).

Art. 8º Os Promotores Eleitorais poderão, a qualquer momento, dirigir-se à Procuradoria Regional Eleitoral com vistas à obtenção de subsídios necessários ao desempenho de suas funções e à atuação integrada do Ministério Público Eleitoral.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Regional Eleitoral, com o assessoramento do NUEL.

Art. 10. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência da presente Portaria ao Procurador-Geral Eleitoral, ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, à Procuradora-Geral de Justiça e ao Coordenador do NUEL.

Publique-se.

Ruy Nestor Bastos Mello
Procurador Regional Eleitoral



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

PORTARIA PRE/BA Nº 01/2016

ANEXO I – DIVISÃO DAS ATRIBUIÇÕES EXTRAJUDICIAIS

SALVADOR (distribuição extrajudicial pelo <u>NUEL</u>)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
001ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	001ª Zona Eleitoral	
002ª, 005ª, 010ª, 011ª, 012ª, 013ª, 015ª, 016ª, 019ª e 020ª Zonas Eleitorais	Propaganda Eleitoral e Direito de resposta	002ª, 005ª, 010ª, 012ª, 013ª, 016ª, 019ª e 020ª Zonas Eleitorais	001ª Zona Eleitoral
	Poder de polícia	011ª e 15ª Zonas Eleitorais	
003ª, 004ª, 006ª, 007ª, 008ª, 009ª, 014ª, 017ª, e 018ª Zonas Eleitorais	Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Recurso contra expedição de diploma	003ª, 006ª, 007ª, 008ª, 009ª e 018ª Zonas Eleitorais	008ª Zona Eleitoral
001ª, 002ª, 003ª, 004ª, 005ª, 006ª, 007ª, 008ª, 009ª, 010ª, 011ª, 012ª, 013ª, 014ª, 015ª, 016ª, 017ª, 018ª, 019ª e 020ª Zonas Eleitorais	Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo	003ª, 006ª, 007ª, 008ª, 009ª e 018ª Zonas Eleitorais	008ª Zona Eleitoral
	Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	001ª, 002ª, 003ª, 005ª, 006ª, 007ª, 008ª, 009ª 010ª, 011ª, 012ª, 013ª, 014ª, 015ª, 016ª, 017ª, 018ª, 019ª e 020ª Zonas Eleitorais	008ª Zona Eleitoral

JEQUIÉ (distribuição extrajudicial pela <u>Promotoria da 022ª Zona</u> Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
022ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	022ª Zona Eleitoral	
022ª e 023ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	022ª e 023ª Zonas Eleitorais	022ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	023ª Zona Eleitoral	



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

ILHÉUS (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 025ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
025ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	025ª Zona Eleitoral	
025ª e 026ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	025ª e 026ª Zonas Eleitorais	025ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	026ª Zona Eleitoral	

ITABUNA (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 027ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
027ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	027ª Zona Eleitoral	
027ª e 028ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	027ª e 028ª Zonas Eleitorais	027ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	028ª Zona Eleitoral	

VITÓRIA DA CONQUISTA (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 039ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
039ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	039ª Zona Eleitoral	
039ª, 040ª e 041ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	039ª, 040ª e 041ª Zonas Eleitorais	039ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	040ª Zona Eleitoral	
041ª Zona Eleitoral	Treinamento de mesário	041ª Zona Eleitoral	



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

JUAZEIRO (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 047ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
047ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	047ª Zona Eleitoral	
047ª e 048ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	047ª e 048ª Zonas Eleitorais	047ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	048ª Zona Eleitoral	

ALAGOINHAS (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 163ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
163ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	163ª Zona Eleitoral	
163ª e 164ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta	163ª Zona Eleitoral	
	Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	164ª Zona Eleitoral	
	Poder de Polícia	163ª Zona Eleitoral	

CAMAÇARI (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 170ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
170ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	170ª Zona Eleitoral	
170ª e 171ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	170ª e 171ª Zonas Eleitorais	170ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	171ª Zona Eleitoral	



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

SANTO ANTÔNIO DE JESUS (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 056ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
202ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	202ª Zona Eleitoral	
056ª e 202ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	056ª e 202ª Zonas Eleitorais	056ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	056ª Zona Eleitoral	

BARREIRAS (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 070ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
070ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	070ª Zona Eleitoral	
070ª e 075ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	070ª e 075ª Zonas Eleitorais	070ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	075ª Zona Eleitoral	

PAULO AFONSO (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 084ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
181ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	181ª Zona Eleitoral	
084ª e 181ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	084ª e 181ª Zonas Eleitorais	084ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	084ª Zona Eleitoral	



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia

PORTO SEGURO (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 121ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
121ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	121ª Zona Eleitoral	
121ª e 122ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	122ª Zona Eleitoral	
	Poder de Polícia	121ª Zona Eleitoral	

LAURO DE FREITAS (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 180ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
180ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	180ª Zona Eleitoral	
180ª e 204ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	180ª e 204ª Zonas Eleitorais	180ª Zona Eleitoral
	Poder de Polícia	204ª Zona Eleitoral	

EUNÁPOLIS (distribuição extrajudicial pela Promotoria da 188ª Zona Eleitoral)			
PROMOTORIAS ELEITORAIS (EXTRAJUDICIAL)	COMPETÊNCIA JUDICIAL – RESOLUÇÃO TRE/BA Nº 16/2015		
	NATUREZA	JUÍZO(S) COMPETENTE(S)	DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
188ª Zona Eleitoral	Plano de mídia Gerenciamento de delegados e fiscais	203ª Zona Eleitoral	
188ª e 203ª Zonas Eleitorais	Propaganda eleitoral e Direito de resposta Pesquisa eleitoral Registro de candidatura Prestação de contas Ação de investigação judicial eleitoral Ação de impugnação de mandato eletivo Recurso contra expedição de diploma Representações e reclamações relativas à Lei nº 9.504/97	203ª Zona Eleitoral	
	Poder de Polícia	188ª Zona Eleitoral	



Ministério Público Federal
Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia